



**XI SEMINÁRIO DE
CONTABILIDADE
APLICADA AO
SETOR PÚBLICO**



19/07

3R CAPACITA

A influência (ausência de) da liderança da alta administração e os impactos nos registros contábeis

Prof. Giovanni Pacelli, PhD

Realização:



Comissão de Contabilidade e
Orçamento Público

Apoio:



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

Patrocínio:



IPOG



Solutek
digital

- ✓ Doutor (2016) e mestre (2011) em Ciências Contábeis pela UnB (programa Unb - Ufpb - Ufrn).
- ✓ Ordem do Mérito da CGU – Grau Comendador.
- ✓ Instrutor da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) em 2021, 2022 e 2023 na Certificação Avançada em Desenvolvimento de Líderes em Orçamento e Finanças Públicas.
- ✓ Atua como professor e mentor em site solo voltado para concursos e no site do 3R Capacita em cursos profissionais da temática Orçamento Público, Contabilidade Pública e Integridade.
- ✓ Agraciado em 2019 com três prêmios de Excelência pela Controladoria-Geral da União (avaliação pelos pares): prêmio nacional no valor Transparência; prêmio nacional no valor Imparcialidade; prêmio de agente destaque na unidade: regional Ceará.
- ✓ Fez parte da equipe agraciada em 2020 com dois prêmios pela Controladoria-Geral da União: (i) Trabalho Destaque da SCC (Secretaria de Combate à Corrupção): o Controle no Combate à Corrupção; e (ii) Trabalho Destaque da OGU (Ouvidoria-Geral da União): Tratamento e Qualificação de Denúncias da COVID.

- ✓ Foi editor chefe da Revista da Controladoria-Geral da União da 10ª a 14ª edição (2015, 2016 e 2017).
- ✓ Auditor Federal de Finanças e Controle desde 2009, chefiou a Coordenação-Geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade da Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União em 2013 e 2014 conduzindo ações como: qualificação técnica dos auditores, elaboração e revisão de procedimentos de auditoria, inspeções técnicas.
- ✓ Entre 2014 e 2015 chefiou a Coordenação-Geral de Integração e Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva da CGU na qual conduziu projetos estratégicos como: acordos não onerosos, gestão eletrônica de documentos, capacitações de alto nível, teletrabalho, gestão de riscos e planejamento estratégico.

- ✓ Entre dezembro de 2015 e março de 2018 atuou como Coordenador-Geral de Planejamento e Avaliação Institucional (planejamento estratégico) e como Ordenador de Despesas do PROPREVINE (recursos externos BID).
- ✓ Participou das 2 “intervenções” ocorridas no Estado do Rio de Janeiro: (i) entre setembro de 2017 e maio de 2018 atuou como membro Coordenador do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do RJ participando da homologação do Plano de Recuperação Fiscal em 06/09/2017; (ii) entre julho de 2018 e dezembro de 2018 atuou como Assessor Especial da Secretaria de Administração do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança sendo um dos responsáveis pelo Plano de Legado.
- ✓ Entre dezembro de 2018 e fevereiro de 2023 liderou a CGU/Ceará.
- ✓ Atualmente atua no monitoramento de programas de integridade de órgãos federais e no desenvolvimento de metodologias de riscos para integridade.

Aviso

Essa transmissão possui caráter estritamente educacional e acadêmico. É baseada exclusivamente em referenciais, padrões, informações, normas e documentos tornados públicos pelos órgãos, entidades e autores a que se referem, que foram sistematizados e compilados pelo professor.

As opiniões emitidas pelo Professor são de caráter estritamente pessoal, embora profissional, sobre o tema. Dessa forma, por serem pessoais, as opiniões do professor em nenhuma hipótese ou circunstância devem ser interpretadas como orientação, consultoria, assessoria ou mesmo confundidas com a posição da Controladoria-Geral da União.



CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E INTEGRIDADE NO SETOR PÚBLICO

DEZENAS DE EPISÓDIOS SOBRE
TEMAS CONTEMPORÂNEOS.

 profgiovannipacelli



link

TRILOGIA CONTÁBIL

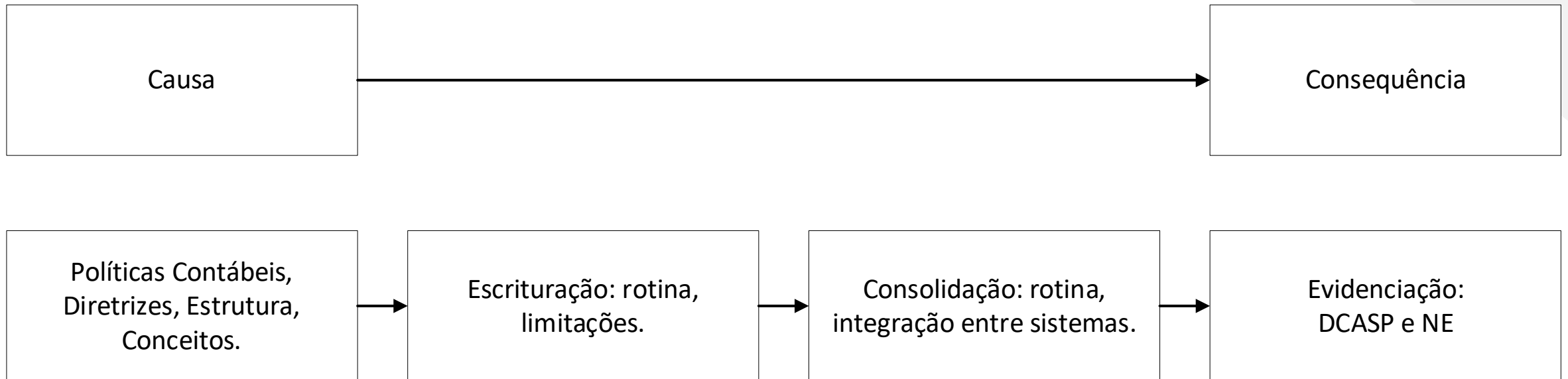


A influência (ausência de) da liderança da alta administração e os impactos nos registros contábeis

A qualidade do registro contábil depende de quais fatores?

- 1. Órgão regulador?**
- 2. Normas Contábeis?**
- 3. Política contábil?**
- 4. Profissional Contábil?**
- 5. Alta Administração?**

A qualidade do registro contábil depende de quais fatores?



Órgãos Reguladores

| | CVM Deliberação | CFC Resolução | BACEN/CMN Resolução | SUSEP Circular | ANEEL Resolução Normativa | ANTT Resolução | ANS Resolução Normativa |
|---|--------------------|--|------------------------|--------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Del. 835 | CFC – NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL | | | | | |
| CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 639/10 | NBC TG 01 (R4) | 3.566/08 | CIRCULAR 648/21 | 605/14 Manual | 3.847 e 3.848/12 Manual | 322/13 AN I |
| CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | 640/10 | NBC TG 02 (R2) | 4.524/16 | CIRCULAR 648/21 | 605/14 Manual | 3.847 e 3.848/12 Manual | 322/13 AN I |
| CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | 641/10 | NBC TG 03 (R3) | 3.604/08 | CIRCULAR 648/21 | 605/14 Manual | 3.847 e 3.848/12 Manual | 322/13 AN I |

Órgãos Reguladores

Art. 163-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, de forma a garantir a rastreabilidade, a comparabilidade e a publicidade dos dados coletados, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Normas Contábeis



COMITÊ DE
PRONUNCIAMENTOS
CONTÁBEIS



CBPS

FACPCS

CPC ▾

AUDIÊNCIAS E CONSULTAS ▾

DOCUMENTOS EMITIDOS ▾

AGENDA

COMUNICAÇÃO ▾

BUSCA AVANÇADA

LINKS ▾

FALE CONOSCO ▾

PRONUNCIAMENTOS

Home ▸ Documentos Emitidos ▸ Pronunciamentos

Adicionar a Cesta de Downloads

PRONUNCIAMENTOS

INTERPRETAÇÕES

ORIENTAÇÕES

REVISÕES

APROVAÇÕES DOS REGULADORES


PUBLICAÇÕES CPC

CONTRIBUIÇÕES ENVIADAS AO IASB

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

| Documento | Título | Data Aprovação | Data Divulgação | |
|-----------|---|-------------------|--------------------|--------------------------|
| CPC 00 | Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | 01/11/2019 | 10/12/2019 | <input type="checkbox"/> |
| CPC 01 | Redução ao Valor Recuperável de Ativos | 06/08/2010 | 07/10/2010 | <input type="checkbox"/> |
| CPC 02 | Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | 03/09/2010 | 07/10/2010 | <input type="checkbox"/> |
| CPC 03 | Demonstração dos Fluxos de Caixa | 03/09/2010 | 07/10/2010 | <input type="checkbox"/> |
| CPC 04 | Ativo Intangível | 05/11/2010 | 02/12/2010 | <input type="checkbox"/> |

Normas Contábeis

 > Contabilidade e Custos > Manuais

Manuais

Manual de Contabilidade
Aplicada ao Setor
Público (MCASP)

Manual de
Demonstrativos Fiscais
(MDF)

Manual de Informações
de Custos (MIC)

Manual SIAFI

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/manuais>

Normas Contábeis



[Institucional](#) [Governança](#) [Conselhos](#) [Legislação](#) [Carta de Serviços](#) [Projetos e Programas](#) [Exames](#) [Quanto Somos](#) [Ouvidoria](#) [Imprensa](#) [Licitações](#) [Serviços online](#)

NBC TSP – do Setor Público

[HOME](#) | [VICE-PRESIDÊNCIA TÉCNICA](#) | [NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE](#) | [NBC TSP – DO SETOR PÚBLICO](#)

[A CÂMARA](#) ▾ [CRE](#) [ÁREAS DE INTERESSE](#) ▾ [PROCESSO DE CONVERGÊNCIA](#) ▾ [AUDIÊNCIA PÚBLICA](#) [CONSULTAS](#) ▾ [RELAÇÕES INTERNACIONAIS](#) [GRUPOS DE TRABALHO](#)

| NBC | Resolução CFC | Nome da Norma | IFAC |
|-------------------------------------|---------------|--|----------------------|
| NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL | DOU 04/10/16 | Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público | Conceptual Framework |
| NBC TSP 01 | DOU 28/10/16 | Receita de Transação sem Contraprestação | IPSAS 23 |
| NBC TSP 02 | DOU 28/10/16 | Receita de Transação com Contraprestação | IPSAS 9 |
| NBC TSP 03 | DOU 28/10/16 | Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | IPSAS 19 |
| NBC TSP 04 | DOU 06/12/16 | Estoques | IPSAS 12 |

<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

Política Contábil

CPC 23 e NBC T SP 23

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas pela entidade na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis.

Política Contábil



INÍCIO

INSTITUCIONAL

CIDADÃO

EMPRESA

ACESSO À INFORMAÇÃO



Você está em: [Início](#) > [Serviços](#) > [Nova Contabilidade Pública](#) > [Novas Políticas](#)

Sobre a Nova Contabilidade Pública

Mais Informações ▼

Novas Políticas Contábeis

IPSAS

Links úteis

Notícias

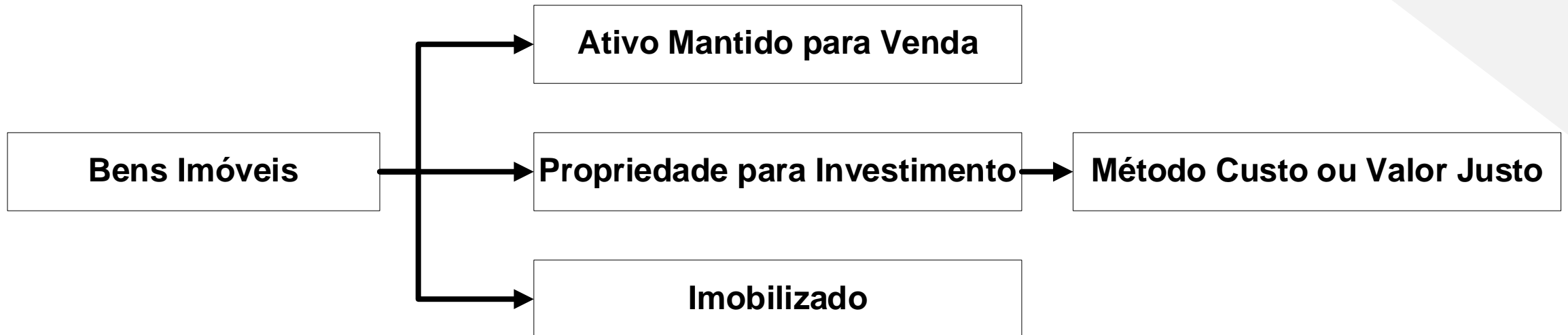
Novas Políticas

- Bens Móveis
- Dívida Ativa
- Estoques
- Em Liquidação
- Investimentos
- Operações de Crédito

Alta Administração e Política Contábil

- 1.A alta administração ou nível hierárquico adequado deve decidir entre as opções disponíveis nas normas contábeis.**
- 2.Essa decisão ou ausência de decisão gera efeitos nos registros contábeis.**

1º Caso: Bens Imóveis



1º Caso: Bens Imóveis

| Exemplos de Propriedade para investimento | Exemplos de Propriedade ocupada pelo proprietário |
|--|--|
| <p>1.Terrenos mantidos para valorização de capital a longo prazo e não para venda a curto prazo no curso ordinário dos negócios;</p> <p>2.Terrenos mantidos para futuro uso correntemente indeterminado (se a entidade não tiver determinado que usará o terreno como propriedade ocupada pelo proprietário ou para venda a curto prazo no curso ordinário do negócio, o terreno é considerado como mantido para valorização do capital).</p> <p>3.Edifício que seja propriedade da entidade (ou ativo de direito de uso relativo a edifício mantido pela entidade) e que seja arrendado sob um ou mais arrendamentos operacionais.</p> <p>4. Edifício que esteja desocupado, mas mantido para ser arrendado sob um ou mais arrendamentos operacionais.</p> <p>5. Propriedade que esteja sendo construída ou desenvolvida para futura utilização como propriedade para investimento.</p> | <p>1.Propriedade destinada à venda no decurso ordinário das atividades ou em vias de construção ou desenvolvimento para tal venda, como, por exemplo, propriedade adquirida exclusivamente com vista à alienação subsequente no futuro próximo ou para desenvolvimento e revenda.</p> <p>2. Propriedade ocupada pelo proprietário, incluindo (entre outras coisas) propriedade mantida para uso futuro como propriedade ocupada pelo proprietário, propriedade mantida para desenvolvimento futuro e uso subsequente como propriedade ocupada pelo proprietário, propriedade ocupada por empregados (paguem ou não aluguéis a taxas de mercado) e propriedade ocupada pelo proprietário ao aguardo de alienação.</p> <p>3. Propriedade que é arrendada a outra entidade sob arrendamento financeiro.</p> |

1º Caso: Bens Imóveis

Critérios para categorizar uma **venda como altamente provável**

1. O nível hierárquico de gestão apropriado deve estar comprometido com o plano de venda do ativo.
2. Deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano.
3. O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente.
4. Espera-se que a venda se qualifique como concluída em até 1 (um) ano a partir da data da classificação^a.
5. As ações necessárias para concluir o plano devem indicar que **é improvável** que possa haver alterações significativas no plano ou que o plano possa ser abandonado.

(a) Acontecimentos ou circunstâncias podem estender o período de conclusão da venda para além de um ano. A extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída **não impede que o ativo seja classificado como mantido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da entidade e se houver evidência suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de venda do ativo.**

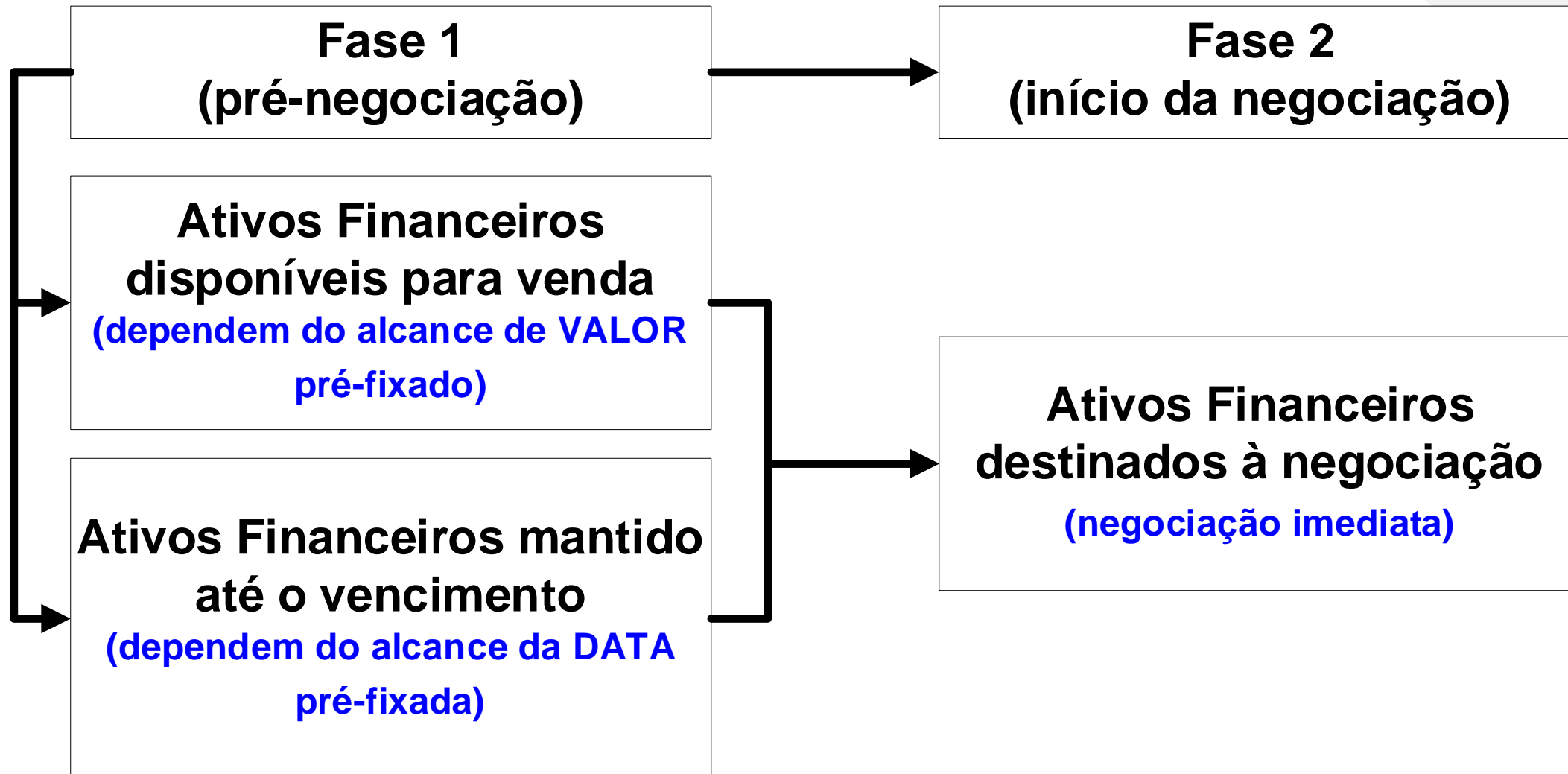
2º Caso: Intangível

| Fase | Regra |
|-----------------|--|
| Pesquisa | Nenhum ativo intangível resultante de pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) deve ser reconhecido . |
| | Os gastos com pesquisa (ou da fase de pesquisa de projeto interno) devem ser reconhecidos como despesa quando incorridos. |
| Desenvolvimento | Será ser reconhecido se cumprir determinados aspectos simultaneamente . |
| | <p>Deve ser reconhecido somente se a entidade puder demonstrar todos os aspectos a seguir enumerados:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda. 2. Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo. 3. Capacidade para usar ou vender o ativo intangível. 4. Forma como o ativo intangível deve gerar benefícios econômicos futuros. Entre outros aspectos, a entidade deve demonstrar a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade. 5. Disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível. 6. Capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento. |

☐ São exemplos de atividades de desenvolvimento:

- (a) projeto, construção e teste de protótipos e modelos pré-produção ou pré-utilização;
- (b) projeto de ferramentas, gabaritos, moldes e matrizes que envolvam nova tecnologia;
- (c) projeto, construção e operação de fábrica-piloto, desde que já não esteja em escala economicamente viável para produção comercial; e
- (d) projeto, construção e teste da alternativa escolhida de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas e serviços novos ou aperfeiçoados.

3º Caso: Ativo Financeiro



Efeitos

Quadro 2: Bens sujeitos e não sujeitos à depreciação, amortização e exaustão pelo RIR/2018 e CPCs diversos

| Ativos depreciables² | Ativos amortizáveis³ | Ativos sujeitos à exaustão |
|--|--|--|
| <p>1. Edifícios e construções, observado o seguinte:</p> <p>a) a quota de depreciação é dedutível a partir da época da conclusão e do início da utilização (RIR/2018); e</p> <p>b) o valor das edificações deve estar destacado do valor do custo de aquisição do terreno, admitido o destaque com base em laudo pericial (RIR/2018).</p> <p>2. Projetos florestais destinados à exploração de frutos (RIR/2018): planta portadora.</p> <p>3. Propriedades para Investimentos (CPC 28) mensuradas pelo custo.</p> | <p>1. Patentes de invenção, fórmulas e processos de fabricação, direitos autorais, licenças, autorizações ou concessões (RIR/2018).</p> <p>2. Custo de aquisição, prorrogação ou modificação de contratos e direitos de qualquer natureza, inclusive de exploração de fundos de comércio (RIR/2018).</p> <p>3. Custos de construções ou benfeitorias em bens locados ou arrendados, ou em bens de terceiros, quando não houver direito ao recebimento de seu valor (RIR/2018).</p> <p>4. O valor de direitos contratuais de exploração de florestas de que trata o art. 334 do RIR/2018⁴.</p> <p>5. Os demais direitos classificados no ativo não circulante intangível (RIR/2018).</p> | <p>1. Direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais, ou bens aplicados nessa exploração.</p> <p>2. Projetos florestais destinados à extração de madeira e celulose para fabricação de móveis e papel.</p> |
| Ativos não depreciables⁵ | Ativos não amortizáveis⁶ | Ativos não sujeitos à exaustão |
| <p>1. Terrenos⁷, exceto em relação aos melhoramentos ou às construções (RIR/2018).</p> <p>2. Prédios ou construções não alugados nem utilizados pelo proprietário na produção dos seus rendimentos ou destinados à revenda (RIR/2018).</p> <p>3. Bens que normalmente aumentam de valor com o tempo, como obras de arte ou antiguidades (RIR/2018).</p> <p>4. Bens para os quais seja registrada quota de exaustão (RIR/2018).</p> <p>5. Ativo tangível de vida útil não superior a 1 ano (RIR/2018⁸) ou com valor não superior a R\$ 1.200.</p> <p>6. Propriedades para Investimentos (CPC 28) mensuradas pelo valor justo.</p> <p>7. Ativo classificado como mantido para venda ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda (item 25 CPC 31).</p> | <p>1. Goodwill⁸ (CPC 15).</p> <p>2. Ativo intangível de vida útil indeterminada (CPC 04).</p> <p>3. Custos ou despesas para os quais seja registrada quota de exaustão (RIR/2018).</p> <p>4. Ativo classificado como mantido para venda ou incluído em um grupo de ativos classificado como mantido para venda (item 25 CPC 31).</p> | <p>1. Exploração de jazidas minerais inesgotáveis ou de exaurimento indeterminável, como as de água mineral⁹.</p> |

Legenda: (a) Pelo CPC – Pequenas e média empresas, o *Goodwill* pode ser amortizado em até 10 anos.

Efeitos

Quadro 2: Aplicação ou não do Impairment nos termos do CPC 01

| Aplica na íntegra o CPC 01: valor recuperável | Aplica de forma modificada as reduções do ativo: não usa o valor recuperável |
|---|---|
| <p>1. Investimentos e Propriedades para Investimentos que sejam avaliados pelo custo.</p> <p>2. Imobilizados em geral.</p> <p>3. Intangível em geral.</p> <p>4. Goodwill.</p> <p>5. Ativos financeiros mensurados pelo custo: participações societárias temporárias mantidas até o vencimento.</p> <p>6. Participações societárias permanentes mensurada pelo custo.</p> <p>7. Participações societárias permanentes mensuradas pelo MEP.</p> <p>8. Outros casos.</p> | <p>1. Estoques, pois se utilizam o valor realizável líquido para ajuste.</p> <p>2. Propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo.</p> <p>3. Ativos biológicos relacionados à atividade agrícola que sejam mensurados ao valor justo líquido de despesas de vendas.</p> <p>4. Ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda (CPC 31), pois são mensurados ao valor justo líquido de despesas de vendas.</p> <p>5. Ativos não circulante mantido para distribuição aos proprietários, pois são mensurados ao valor justo líquido das despesas de distribuição.</p> <p>6. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo: participações societárias temporárias disponíveis para venda e participações societárias temporárias destinadas à negociação.</p> <p>7. Outros casos¹.</p> |

Reflexões

- 1.A entidade possui plano de destinação de bens imóveis? Qual seria o fato gerador?**
- 2.No caso dos intangíveis gerados internamente, a entidade define sua destinação?**
- 3.Como a administração “decide”?**

Reflexões

Americanas não tem as atas de seu comitê de auditoria

Adriana Mattos
De São Paulo

A Americanas informou ao seu administrador judicial que não tem as atas das reuniões do comitê de auditoria ocorridas na B2W, braço digital do grupo, e que pode estar no centro das fraudes da empresa. A informação consta em documento entregue à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no fim da noite de sexta-feira.

A varejista foi questionada, em março e maio, pelos administradores da recuperação, a Preservação e o escritório de advocacia Zveiter, sobre as atas das reuniões do comitê de autoria de todas as empresas do grupo, desde sua criação — especialmente B2W Digital e a Lojas Americanas.

Em e-mail, a Americanas respondeu que não era obrigatória a produção de atas pelo comitê. Na mensagem enviada, a Americanas não classifica a falta das atas como falha de sua governança.

Porém, o regimento interno da B2W de 2018, que está no site de relações com investidores da Americanas, determina que assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do comitê, discutidos em reunião “deverão ser consignados em ata, que será assinada pelos participantes”. Regimento de anos seguintes a 2018 tem o mesmo teor.

A análise final do comitê independente que investiga o caso ain-



Grupo fechou 38 lojas desde janeiro e somava, em maio, 1.842 pontos de venda

da não foi finalizada, mas relatório de advogados contratados pela empresa aponta existência de fraude que “turbinou” os resultados, ao longo dos anos, em R\$ 25,3 bilhões. A dívida total era de R\$ 50,1 bilhões em maio.

As atas de comitês de auditoria registram pontos relevantes das discussões entre os membros, providências solicitadas e eventuais

discordâncias, e poderiam, eventualmente, levantar alguma questão relacionada às mencionadas ações fraudulentas. Sem as atas, isso não pode ser checado.

Ainda pelo regimento da B2W, uma cópia da ata das reuniões do comitê tem que ser obrigatoriamente encaminhada à presidência do conselho de administração, que, no caso da B2W, por anos foi

ocupada por Anna Saicali e Miguel Gutierrez, ex-diretora e ex-CEO — ambos já estão fora da empresa. Jorge Felipe Lemann, filho de Jorge Lemann, um dos acionistas de referência do grupo, também foi conselheiro na B2W.

O comitê de auditoria teria que assessorar o conselho de administração, e tem como dever avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas.

Essas atas ainda devem ser documentos de análise das investigações do comitê independente e da CVM, em série de procedimentos abertos sobre o caso.

A Americanas relata, no e-mail ao administrador, que as reuniões do comitê de auditoria da B2W ocorriam trimestralmente, em momento imediatamente anterior à reunião do conselho.

“Considerando que os membros do comitê de auditoria sempre foram os mesmos que ocupavam as cadeiras de membros independentes do conselho de administração, tais reuniões não exigiam obrigatoriamente a produção formal de atas específicas”, afirma a rede ao administrador.

O comitê de auditoria da B2W era eleito para um mandato que coincidia com o mandato do conselho de administração. E era permitida a reeleição, sendo que seus integrantes eram nomeados pelo conselho, exclusivamente entre os membros independentes.

Em 2021, pouco antes da fusão de B2W e Lojas Americanas, entre os membros do comitê de auditoria da B2W estavam Luiz Carlos Filippetti, Mauro Not e Paulo Veras, reeleitos por quatro vezes consecutivas, pelo menos. O comitê estatutário existia na B2W desde 2006.

A respeito da Lojas Americanas, o braço físico do grupo, a resposta ao e-mail dos administradores, em maio, indica que nada foi encaminhado antes do período da fusão as empresas.

“Não localizamos atas de eventuais reuniões realizadas pelo comitê de auditoria em período anterior a agosto de 2020”, diz a rede, sobre a Lojas Americanas.

Em relação à Americanas, empresa decorrente da fusão, em 2021, foi encaminhada apenas a ata de janeiro de 2023.

Dois conselheiros de comitês de varejistas ouvidos dizem que é procedimento padrão registrar em atas as reuniões dos comitês. E o conselho tem a obrigação de requerer o documento, até para a sua própria orientação.

R\$ 25 bi
é o rombo contábil
estimado nas contas
da varejista

“Comitê de auditoria, que envolve questões de risco e compliance, tem agenda, frequência, pauta, coordenador, secretariado, material enviado com antecedência para leitura de todos, discussão, deliberação, ata e depois acompanhamento. É o que uma boa governança preza”, diz uma das fontes de comitê ouvida.

A varejista ainda afirma, na resposta ao administrador por e-mail, que, para contribuir, enviaria um link com apresentações de reuniões do comitê de auditoria da B2W Digital no período de três anos (2019 a 2021), apesar de o comitê existir desde 2006. Ocorre que o link foi colocado sob sigilo pelo administrador, a pedido da Americanas.

Entre os dados públicos ao administrador, a Americanas informou que, em “entradas de vendas” foram R\$ 1,72 bilhão em maio — a metade de maio de 2022. O valor vem subindo mês a mês, entre R\$ 100 milhões e R\$ 200 milhões.

Em 12 de janeiro, um dia após o anúncio do rombo contábil, o grupo somava 43.123 empregados sob regime CLT, e em 18 de junho, eram 36.971 pessoas, ou seja, 6,1 mil funcionários a menos.

O percentual de ocupação de área de estoque ficou em 53% em maio, perto dos 54% de abril. Desde janeiro, 38 lojas foram fechadas, somando 1.842 pontos em maio. Procurada, a Americanas não se manifestou.



Obrigado – Até Breve.



Prof. Giovanni Pacelli, Phd



www.3RCAPACITA.com.br